



No meio da tarde, senadores discutiram com o ministro da Previdência, José Pimentel (2º à esq.), formas de obter recursos para financiar projetos relativos a aposentadorias

Vigília pela aprovação de benefícios a aposentados

Grupo de senadores iniciou ontem à noite revezamento de discursos em Plenário, com vistas a pressionar pela aprovação de três projetos que buscam recompor perdas sofridas por aposentados e pensionistas

Os senadores anunciaram a intenção de se revezar na tribuna até as 6h da manhã de hoje. O grupo defende a aprovação pela Câmara de três projetos votados no Senado. Um deles, de autoria de Paulo Paim, acaba com o

chamado fator previdenciário, que reduz valores de aposentadorias; outro, também de Paim, recompõe perdas de rendimentos sofridas por aposentados e pensionistas; e um terceiro, de autoria do Executivo, criando uma política de reajuste do salário míni-

mo, recebeu emenda de Paim assegurando aos benefícios pagos pela Previdência o mesmo reajuste do salário mínimo. Paim disse que a falta de resultados na reunião com o ministro José Pimental apressou a realização da vigília. 3

Jobim: Amazônia não é parque para recreio de europeu

Em depoimento no Senado, ministro da Defesa pede uma "agenda brasileira para a Amazônia", com políticas adequadas para a região. 2

Termo de cooperação contra pedofilia

Magno Malta anuncia instrumento que ajudará na prevenção de crimes na internet. 8

BNDES quer recursos do Fundo Soberano

Presidente do banco diz na Comissão de Assuntos Econômicos que recursos do fundo podem reforçar a infraestrutura do país. 4 e 5

FHC prega equilíbrio entre os Poderes

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em palestra no Interlegis, que o Congresso precisa criar mecanismos para evitar uma hipertrofia dos Poderes da República. FHC ressaltou o papel desem-

penhado pela mídia em todos os processos políticos. Destacou também a atuação de setores ativos como o Ministério Público, que estaria funcionando como uma espécie de quinto poder. 7



Palestra de Fernando Henrique (à direita, ao lado do presidente do Senado, Garibaldi Alves) é acompanhada por senadores e políticos

Fotos de Paulo Lima

Ministro da Defesa diz que Brasil deve buscar regras para o desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e segurança da região, e que a floresta "não é parque para europeus"

Jobim defende agenda com políticas para a Amazônia

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Subcomissão Permanente da Amazônia, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, pregou a necessidade de uma "agenda brasileira para a Amazônia". Por meio dessa agenda, o Brasil estabelecerá as políticas adequadas ao desenvolvimento sustentável da região, sua proteção ambiental e seu programa de segurança. Pertencente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a subcomissão realizou a audiência para discutir os aspectos institucionais do estado, por proposta de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

No entender do ministro, até agora o país tem atuado "defensivamente", apenas dando respostas a uma agenda estrangeira, mais especificamente com origem na Europa.

– Nós é que temos de decidir sobre a Amazônia. Ela não deve ser um parque de recreio destinado a europeus que já destruíram suas florestas – frisou Jobim, para quem o esteio dessa agenda brasileira deve ser uma definição jurídica da titularidade das terras da região, de modo que os donos possam se estabelecer de forma permanente e fazer investimentos.

Jobim ressaltou que "só a resolução do problema fundiário na Amazônia poderá dar tranquilidade jurídica aos que desenvolvem ou pretendem desenvolver atividades econômicas



Nelson Jobim (E) e Mozarildo durante audiência na Subcomissão da Amazônia

na região".

– Precisamos fixar o homem na Amazônia – pregou, salientando que há filhos de nativos migrando para o Centro-Oeste.

Indígenas

Uma política adequada para a Amazônia, segundo o ministro, não pode se basear somente na ocupação de pontos estratégicos pelos militares, sem a contrapartida do desenvolvimento econômico. Jobim afirmou ainda ser de opinião que os índios não são proprietários das terras onde vivem, mas têm, de acordo com a Constituição, seu usufruto vitalício.

– As terras são de propriedade da União – garantiu, advertindo que as Forças Armadas devem ter liberdade para entrar em terras indígenas, seja com o objetivo de proteger seus habitantes, seja com o fim de resguardar

fronteiras. "Não só podemos entrar, como efetivamente vamos entrar", avisou Jobim, observando que um decreto presidencial autorizou a instalação, em reservas indígenas, de mais 28 postos de fronteira, além dos 20 já existentes.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) aconselhou o reaparelhamento das Forças Armadas pela indústria bélica nacional. Jefferson Praia (PDT-AM) defende planos a longo prazo, mas sugeriu uma "agenda de curto prazo" que responda às urgentes demandas amazônicas, principalmente a do desenvolvimento sustentável e a da pesquisa científica e tecnológica. Já Mozarildo disse concordar com o ministro no que se refere à soberania do Brasil sobre a Amazônia e a urgência em se resolver as questões fundiárias da região.

Governador de Roraima pede nova lei ambiental

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, exortou o Congresso a aprovar uma legislação ambiental "moderna, sólida e consistente para garantir à Amazônia um desenvolvimento sustentável", com preservação ambiental e também com geração de emprego e renda à população da região, com cerca de 25 milhões de habitantes.

A afirmação foi feita ontem durante a audiência da Subcomissão Permanente da Amazônia. O governador disse que "o maior problema de Roraima continua a ser a questão fundiária". E defendeu a transferência de imediato, por meio da União, de cerca de 5,8 milhões de hectares de terras para o governo do estado.

A maioria das terras de Roraima ainda pertence à União, 20 anos depois de o território ter passado à condição de estado.

– Acredito que até o fim do ano a transferência será efetivada – previu Anchieta.



César Borges (E), Flexa Ribeiro, Goellner e Jefferson Praia em reunião da CMA

Comissão fará diligência pública sobre uso ilegal de madeira

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento de Jefferson Praia (PDT-AM) para a realização de diligência pública em Iranduba (AM) sobre a questão da utilização ilegal de madeira na fabricação de artigos de cerâmica por olarias da região.

O senador argumenta que o setor, responsável por 6 mil empregos diretos e indiretos, está diante de um impasse criado pela proibição expressa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de utilização

da madeira nos fornos. Jefferson Praia quer contribuir para a construção de um canal político de discussão eficaz do conflito e sugere o convite a representantes do Ibama, da Associação das Indústrias de Olaria e da Construção Civil do Amazonas, da Petrobras e das prefeituras de Manaus e Iranduba.

Durante a reunião, o presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), lembrou que o colegiado realizará hoje audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia sobre denúncia de venda de sigilo telefônico.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário continua com pauta trancada

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão que reestruturam a composição remunerató-

ria das carreiras de auditor da Receita Federal, auditor fiscal do trabalho, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria.

Garibaldi recebe presidente da Coreia do Sul

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 11h, das comemorações do Congresso ao Dia da Bandeira e recebe, no Salão Nobre, os vencedores do concurso de redação sobre a Bandeira Nacional. Às 13h, participa de almoço em homenagem ao presidente da Coreia do Sul, Lee Myung Bak, no Palácio do Itamaraty; às 15h, recebe no Congresso a visita oficial do presidente da Coreia do Sul e, às 16h, preside a ordem do dia em Plenário.

CCJ vota desconto de aluguel no IRPF

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, entre 26 itens, proposta de benefício a motorista que não tiver sido multado por três anos consecutivos. Também em pauta projeto que permite dedução no Imposto de Renda de despesa com aluguel de imóvel residencial.

Desenvolvimento infantil em debate

As comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) realizam, às 10h, audiência sobre desenvolvimento infantil com o médico João Gomes Pedro, de Portugal; o professor Vital Didonet, do DF; e o psicanalista uruguaio Victor Guerra.

Audiência discute fusão de empresas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza, às 10h, audiência sobre a fusão de empresas de telecomunicação. Estão convidados representantes dos ministérios das Comunicações e da Justiça, da Anatel, e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CPI da Pedofilia ouve embaixador

A CPI da Pedofilia promove, às 10h30, reunião com o embaixador da Índia no Brasil, B. S. Prakash; o diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, ministro Hadil da Rocha Vianna; e o diretor do Comitê Gestor da Internet, Hartmut Glaser.

Congresso homenageia Dia da Bandeira

Às 11h, no Salão Nobre, acontece a premiação dos vencedores do concurso de redação do Senado, com o tema "A Bandeira Nacional". Às 11h25, será realizada a cerimônia do Congresso em homenagem ao Dia da Bandeira. Às 15h,

visita oficial do presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-Bak. A partir das 18h30, ocorrem atividades da 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Às 19h, no Interlegis, o Coral do Senado faz apresentação.

CAS examina regulamentação sobre planos de saúde

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se, às 11h30, para discutir a regulamentação da mobilidade com portabilidade de carências nos planos de seguros privados de saúde (Lei 9.656/98). Entre os convidados está o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Fausto dos Santos.

Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza, às 10h e às 14h30, duas reuniões deliberativas.

Esclarecimentos sobre sigilo telefônico

Audiência pública conjunta das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 9h, busca esclarecer matéria veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, de 14 de setembro, intitulada

"Sigilo telefônico é vendido a menos de mil reais no país". Foram convidados para o debate o superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente, e representantes das empresas de telefonia Tim, Vivo, Claro, Oi e Brasil Telecom.



Dora Porto, Isaac Roitman, Maciel, Daniela Marques e Valadares (D)

Especialistas querem aperfeiçoar projeto

Os participantes da audiência pública que debateu o projeto que estabelece punições para quem violar as diretrizes e normas de pesquisas que envolvam seres humanos defenderam modificações na proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O debate ocorreu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da proposição (PLS 78/06) é Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento da audiência.

O Brasil não dispõe de lei específica sobre a matéria, regida atualmente pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras sobre o tema. A resolução é complementada ainda por normas editadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

O debate sobre a proposta, que também determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos, contou com a participação da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Daniela de Freitas Marques; do coordenador-geral de Biotecnologia e Ciência do Ministério da Ciência e Tecnologia, Isaac Roitman; e da vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Dora Porto.

Sanções

Daniela Marques saudou o projeto, mas avaliou que a criação de um estatuto preventivo, "disciplinador", com caráter não-punitivo, surtiria mais efeito na regulamentação de pesquisas com a participação de seres humanos. Ela sugeriu a adoção de penas administrativas, que poderiam ter efeito imediato sobre as pesquisas,

a exemplo da suspensão ou perda do registro do experimento ou do título acadêmico do pesquisador, além da criação da disciplina Bioética em cursos universitários e uma política de Estado voltada para as pessoas "vulneráveis".

Em resposta a Antônio Carlos Valadares, Isaac Roitman disse que a resolução obedece aos preceitos universais de respeito à vida humana e sugeriu que o PLS 78/06 seja apensado ao PL 2.473/03, de autoria do deputado Colbert Martins (PPS-BA), que dispõe sobre normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A proposta encontra-se na Comissão de Seguridade Social

e Família da Câmara.

Já a presidente da Sociedade Brasileira de Bioética garantiu que a Resolução 196/96 tem a amplitude

necessária para defender ou minimizar a vulnerabilidade dos sujeitos que participam de pesquisas. No entanto, assinalou, a norma deveria conter instrumentos que favorecessem o acompanhamento da pesquisa após o andamento inicial dos trabalhos, como forma de conferir se as atividades estão sendo executadas de acordo com o protocolo apresentado pelo pesquisador.

Constituição

Antônio Carlos Valadares ressaltou que o projeto não tem o objetivo de criar obstáculos ao desenvolvimento das pesquisas científicas, mas de defender o ser humano dos excessos cometidos na utilização dos meios científicos.

Disse ainda que alguns dispositivos da proposta colidem com a Constituição federal, tendo em vista que a matéria estabelece competências para o Conep, o que seria uma atribuição do Poder Executivo, ao qual o órgão é vinculado.

Idealizada por Paim, manifestação em Plenário duraria até as 6h de hoje. Objetivo é pressionar a Câmara a aprovar três projetos que garantem recomposição de benefícios pagos pelo INSS

Senadores fazem vigília em favor de reajuste a aposentados

UM GRUPO DE senadores iniciou na noite de ontem, em Plenário, uma vigília para pressionar pela aprovação de três projetos que recompõem as perdas dos benefícios recebidos por aposentados e pensionistas. Os parlamentares se revezariam na tribuna em pronunciamentos até as 6h de hoje.

Os três projetos em questão já foram aprovados pelo Senado e aguardam deliberação da Câmara. Um deles, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), acaba com o fator previdenciário, redutor que leva em conta idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida (PLS 296/03) para o cálculo da aposentadoria. Outro, também de Paim, recompõe as perdas de rendimentos sofridas por aposentados e pensionistas (PLS 58/03). E um terceiro (PLC 42/07), proposto pelo Executivo e que cria uma política de reajuste do salário mínimo, recebeu emenda do senador gaúcho assegurando aos benefícios pagos pela Previdência Social o mesmo reajuste do salário

mínimo.

Paulo Paim, idealizador da mobilização, afirmou que o fato de a reunião realizada ontem na Presidência do Senado com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, não ter tido o resultado esperado apressou a realização da vigília. Também participaram da reunião o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e o relator do Orçamento da União de 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), além de outros senadores.

— Os números que são colocados à opinião pública fogem totalmente à verdade — apontou Paim.

Conforme o senador, a Seguridade Social, que engloba as áreas de saúde, assistência e previdência social, teve superávit de R\$ 62 bilhões no ano passado. Ele lembrou que desde 2003 vem negociando os projetos, sem sucesso, com os sucessivos ministros da Previdência.

Paim registrou que entidades sindicais em defesa dos aposentados

estão acompanhando o protesto. Mário Couto (PSDB-PA), por sua vez, disse ter certeza de que a iniciativa vai mobilizar a Câmara dos Deputados e as autoridades da Fazenda. E apontou a "má vontade" do ministro da Previdência Social nas negociações. Já Heráclito Fortes (DEM-PI) observou que o PT, no governo, abandonou uma de suas mais antigas bandeiras de luta.

Também manifestaram apoio aos projetos os senadores José Agripino (DEM-RN), Flávio Arns (PT-PR) e Valter Pereira (PMDB-MS). Agripino pediu uma definição do governo sobre o assunto, pois o Senado, segundo ele, já tomou sua posição ao aprovar as três propostas. Arns lamentou a impossibilidade de participar da vigília, já que teria compromisso em São Paulo, mas se solidarizou com Paim. Valter Pereira afirmou que a Previdência é, na verdade, um seguro para o qual o trabalhador contribuiu e, como tal, tem direito a receber o benefício correspondente.

PT abandonou antigas bandeiras de luta, afirma Heráclito Fortes



Genardo Magalhães

Heráclito: não falta dinheiro para socorrer bancos e construtoras

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse ontem que está ficando difícil para a base do governo justificar o "garroteamento" à atitude de um senador petista. Ele afirmou que, embora o PT tenha abandonado uma das suas mais antigas bandeiras de luta depois que alcançou o poder, o senador

Paulo Paim (PT-RS) se manteve fiel aos compromissos defendidos ao longo de 26 anos de mandato parlamentar e pagará um preço por isso.

Heráclito criticou a maneira "grosseira" com que o governo disse "não" às propostas de Paim e se recusou a negociar. Ele também rebateu a alegação do governo de que não tem recursos para reajustar as pensões e aposentadorias, uma vez que editou uma medida provisória (MP 446/08) anistiando entidades filantrópicas que "jogaram no ralo" o dinheiro público. O senador piauiense perguntou como é que o governo tem dinheiro para socorrer montadoras de veículos, bancos e construtoras e não tem recurso para fazer justiça aos aposentados.

— Por isso, nós achamos que essa vigília cívica é importante.

Negociações terão nova rodada na próxima semana

Ao sair da reunião com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, Paulo Paim informou que foi agendado para a próxima quarta-feira novo encontro para analisar o Orçamento da União com o objetivo de "achar caminhos que contemplem os aposentados".

Também participaram da reunião de ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho, e o relator do Orçamento da União de 2009, senador Delcídio Amaral.

De acordo com Paulo Paim, na reunião da semana que vem, que será na CMO, o ministro deve apresentar uma contraproposta aos senadores em relação aos projetos que beneficiam aposentados e pensionistas.

O parlamentar gaúcho negou



Paulo Lima

Garibaldi (D) e outros parlamentares reúnem-se com o ministro José Pimentel

que os participantes da reunião tenham concordado que a recomposição de aposentadorias e pensões "não cabe no Orçamento", como havia afirmado Pimentel ao sair da reunião.

— Isso não é verdade. Cabe den-

tro do Orçamento. O consenso foi realizar nova reunião na quarta, com o relator e o presidente da CMO, para, dentro da peça orçamentária, acharmos caminhos que contemplem o reajuste para os aposentados — disse Paim.

Alvaro cobra medidas para incentivar economia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou ontem do governo medidas para incentivar a atividade econômica do país. Para ele, as providências tomadas até agora para combater os efeitos da crise financeira internacional são insuficientes.

— Precisamos estimular o crescimento econômico e a produção para reduzir as consequências da recessão — disse o senador, lembrando que grandes economias, como Japão e Alemanha, já estão em recessão.

Para o representante do Paraná, é importante proteger o setor financeiro neste momento



Alvaro Dias sugere criação de um "comitê de crise" suprapartidário

de crise, mas não basta tomar medidas que o fortaleçam, por mais importante que ele seja

Mão Santa afirma que governo gasta em excesso

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo federal por executar, em sua opinião, uma política de gastos excessivos, lastreada, sobretudo, no aumento da dívida pública e não em fontes de recursos próprios. Segundo o senador, a situação de incerteza gerada pela diminuição do crescimento econômico nos países desenvolvidos exigiria do governo brasileiro uma postura mais austera.

Como exemplo de ações governamentais que levaram a um aumento das despesas públicas, Mão Santa citou a edição, em 2008, de várias medidas provisórias, como as MPs 440/08 e 441/08, que reestruturaram carreiras do serviço público.

Essa farra de despesas tem que parar, presidente Luiz Inácio. Tem que ter coragem para combater.

Mão Santa considerou também equivocada a edição da MP 446/08, que dispôs sobre a certificação das entidades filantrópicas e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social.



"Farra de despesas tem que parar, presidente Luiz Inácio", diz Mão Santa

Projeto impede contingenciamento na área social

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou a apresentação de projeto de lei complementar que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) para proibir o contingenciamento de recursos do Orçamento da União destinados ao Fundo Nacional de Saúde, à Previdência Social, ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao Fundo de Cultura e da Ciência e Tecnologia. A proposta autoriza o corte de dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Entre a dívida e os proble-



Autor da proposta, Valadares critica os gastos com o serviço da dívida

mas sociais, considero que se deve dar prioridade à saúde, à Previdência, ao programa Bolsa

para a economia. Por isso, em sua opinião, torna-se necessário incentivar a produção com a concessão de crédito e com a redução da burocracia. Ele informou que vários empresários paranaenses, de vários setores, não têm conseguido tomar empréstimos junto aos bancos em decorrência de dificuldades burocráticas.

Alvaro Dias também sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação de um "comitê de crise" suprapartidário e formado por especialistas para auxiliar o governo no combate aos efeitos da crise.

Neuto anuncia conferência sobre biocombustíveis

Neuto de Conto (PMDB-SC) anunciou ontem sua participação na Conferência Internacional dos Biocombustíveis, que está sendo realizada em São Paulo. O senador disse que serão debatidos os desafios de os biocombustíveis se transformarem nos vetores do desenvolvimento econômico sustentável. O encontro reunirá parlamentares e representantes de governos de todo o mundo.

Neuto de Conto afirmou que levará informações sobre a matriz energética brasileira, em que o petróleo representa 37,4% do total. Ele acrescentou que a biomassa (biodiesel e etanol) representa 31,1%; as hidrelétricas, 14,9%; o gás natural, 9,3%; o carvão, 3%; e o urânio, 1,4%.

O senador rebateu as críticas de que o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool estaria invadindo áreas de cultivo de alimento. Segundo Neuto de Conto, 5,5% do território brasileiro são utilizados para a produção de cereais, enquanto a cana-de-açúcar utiliza 0,81% das terras brasileiras.



Neuto de Conto: produção de álcool não compromete cultivo de alimentos

Família, à cultura, à ciência e à tecnologia — disse o senador.

Valadares citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual, entre 2000 e 2007, o governo gastou R\$ 554,6 bilhões com educação, saúde e em investimentos. No mesmo período, de acordo com o Ipea, os gastos com os serviços da dívida teriam sido de R\$ 1,267 trilhão. Para o senador, os recursos despendidos com os juros podem ser considerados "gasto improdutivo", já que "não geram emprego nem contribuem para ampliar a renda dos trabalhadores".

Fundo Soberano divide opiniões em audiência pública na CAE com presidente do BNDES e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos participam dos debates sobre criação de fundo; audiência pública foi presidida por Aloizio Mercadante, acima, entre Miguel Jorge e Luciano Coutinho (D)

Renegociação das dívidas agrícolas vai começar logo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, disse que "o processo de renegociação das dívidas agrícolas deve começar nos próximos dias". Ele fez essa declaração durante a audiência na CAE, após o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmar que "a inadimplência está contaminando o setor agrícola, como resultado de fatores como a queda nos preços das commodities e a não-redução dos custos de produção.

Segundo Miguel Jorge, cerca de 75% da inadimplência do setor, principalmente no que se refere ao financiamento de máquinas e equipamentos, estão concentrados nos estados de Mato Grosso e Goiás. De acordo com o ministro, a logística e o escoamento da produção desses estados são muito mais difíceis que em outras regiões, o que aumenta seus custos. Já Osmar Dias citou matéria publicada ontem na *Folha de S. Paulo*, na qual se afirma que, sem acesso ao crédito para financiar a próxima safra, 70% dos agricultores de Mato Grosso, maior produtor de soja, deixaram de pagar seus débitos relativos ao financiamento de máquinas e equipamentos.

Aloizio Mercadante defendeu a renegociação das dívidas agrícolas, com critérios seletivos, observando que os agricultores não podem ficar sem crédito.

Coutinho diz que BNDES quer acesso a recursos do Fundo Soberano

O PRESIDENTE DO Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, declarou ontem que "certamente é de interesse do BNDES ter a possibilidade de acesso aos recursos de um fundo dessa natureza, considerando o seu papel". Ele fez essa afirmação ao se referir à proposta de criação de um fundo soberano, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Coutinho destacou o papel da instituição que preside na indução dos investimentos privados, argumentan-

"Seria melhor abater a dívida", afirma oposição

A proposta de criação de um fundo soberano no Brasil foi criticada pelos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), enquanto o presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a proposta.

Para Antonio Carlos Júnior, "não faz muito sentido criar o fundo". Ao se referir às possíveis fontes de financiamento do Fundo Soberano, ele destacou que, apesar de haver superávit primário (receitas menos despesas) nas contas públicas, não há superávit nominal (que inclui o pagamento de juros). Segundo o parlamentar, "para colocar dinheiro no fundo tem-se que aumentar a dívida interna".

— Seria melhor abater a dívida interna do que colocar recursos em um fundo soberano — disse.

Arthur Virgílio, autor do requerimento para a realização da audiência, também argumentou que a ausência de superávit nominal retira as condições para a criação do fundo. Ele afirmou que, em vez de insistir na proposta, "o governo deveria diminuir o endividamento público". E ressaltou que, no contexto da crise econômica internacional, com a queda da arrecadação tributária, deve-se questionar se haverá condições para manter a geração de superávits primários. Outro argumento apresentado por Virgílio: o Fundo Soberano foi cogitado em uma situação cambial oposta à atual, na qual o dólar está valorizado em relação ao real.

Já Tasso Jereissati, que criticou algumas das medidas adotadas pelo governo federal para enfrentar a crise

fiscal e outra cambial. Na primeira residiria seu caráter anticíclico, que aproveita os momentos de crescimento econômico para acumular recursos a serem utilizados para estimular a economia em momentos de contração. Na segunda, como ressaltou, o acúmulo de recursos permitiria evitar a apreciação cambial e, consequentemente, "a desindustrialização" do país.

A criação desse fundo está prevista no PLC 164/08, projeto de lei aprovado em outubro na Câmara dos Deputados, que tramita agora no Senado.

financeira internacional, declarou que o momento é inadequado para que o Congresso discuta o assunto.

Aloizio Mercadante, entretanto, defendeu a proposta, alegando que se pode debater "com calma" a estrutura do novo fundo. Para ele, a atual ausência de superávit nominal ou de recursos provenientes do petróleo do pré-sal não é obstáculo para a discussão tributária, deve-se questionar se haverá condições para manter a geração de superávits primários. Outro argumento apresentado por Virgílio: o Fundo Soberano foi cogitado em uma situação cambial oposta à atual, na qual o dólar está valorizado em relação ao real.

Já Tasso Jereissati, que criticou algumas das medidas adotadas pelo governo federal para enfrentar a crise

Para Miguel Jorge, governo vai proteger mercado

O governo está atento para evitar que o mercado brasileiro seja inundado por produtos estrangeiros em meio ao atual quadro de retração econômica mundial, em que se espera uma tendência de ampliação de ações de concorrência predatória. A afirmação foi feita na CAE pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

— Países como a China devem tentar escoar seus produtos, mas estamos avaliando isso, atentos para que não ocorra a entrada de produtos de maneira desleal — garantiu.

Miguel Jorge lembrou que a pasta por ele dirigida já conseguiu reduzir os prazos de exame de denúncias de ações predatórias de um ano para seis meses — que ainda considera excessivo. No entanto, disse que agora o governo já pode autorizar medidas de proteção logo no segundo mês, desde que a denúncia contenha indícios de danos para as empresas nacionais.

O tema foi levantado por Aloizio Mercadante. Segundo ele, a crise acentuará as ações de dumping (venda a preços abaixo do custo) e haverá necessidade de o país dispor de mecanismos de defesa comercial ágeis. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) observou que já tem projeto sobre o assunto, em vias de ser examinado pela CAE.

Ideli comemora as medidas acordadas na Cúpula do G20

Os resultados da Cúpula do G20 — que reuniu em Washington no último final de semana os chefes de Estado das maiores economias do mundo e dos principais países em desenvolvimento — foram comemorados por Ideli Salvatti (PT-SC).

Dentre as 47 medidas acordadas, a senadora destacou o compromisso da retomada das negociações da Rodada de Doha e a determinação de implementação de medidas para a regulação dos mercados financeiros internacionais.

— O conjunto de medidas mostra que os governos estão empenhados em trabalhar para evitar que a crise piore o desempenho econômico — disse.

Para a líder do PT, o encontro deixou claro que, ao menos no próximo ano, o crescimento mundial será sustentado pelos países em desenvolvimento. Nesse sentido, ela destacou as medidas "micro" que vêm



Ideli elogia compromisso de retomada das negociações da Rodada de Doha

sendo adotadas pelo governo brasileiro para manter aquecida a economia interna.

Ideli informou também que será lançada hoje, às 10h, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial para a Educação, composta por senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e representantes de sindicatos de professores e de entidades estudantis.



A cada R\$ 1 investido deixa-se de gastar 4 em saúde pública, diz Papaléo

Papaléo pede mais investimento em saneamento básico

A necessidade de o Brasil intensificar os investimentos em saneamento básico foi destacada por Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador citou matéria da revista *Exame* segundo a qual, se mantido o ritmo atual, o serviço só será universalizado em cem anos.

Seriam necessários, de acordo com a revista, R\$ 200 bilhões para prover a infra-estrutura de redes de água tratada e coleta do esgoto em todo o país. O investimento anual no setor está em torno de R\$ 2 bilhões.

Segundo Papaléo, estima-se que a cada R\$ 1 investido em saneamento corresponde a R\$ 4 de economia em gastos com saúde pública.

O senador elogiou a realização, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), do 1º Simpósio de Infra-Estrutura e Logística no Brasil, em 26 e 27 de novembro.



Inácio Arruda defende aprovação de empréstimo externo para o estado

Eliseu Resende homenageia memória de João Bello

O centenário de nascimento do deputado estadual por Minas Gerais João Bello de Oliveira Filho, falecido em 2002, foi registrado ontem por Eliseu Resende (DEM-MG).

O senador destacou que João Bello foi prefeito da cidade de Carangola em 1951, deputado estadual por seis

legislaturas (de 1955 a 1979) e vice-presidente do antigo Partido Republicano.

— Bello foi um típico político mineiro. Construiu pontes ao invés de muros e buscou unir as diversas pontas que compõem o tecido social e político, ao invés de acentuar as diferenças que nos separam — disse.

Roberto Homem



Zambiasi comanda a entrega a representantes de deficientes visuais gaúchos

Entidades gaúchas recebem obras em braille

Oito por cento da população do Rio Grande do Sul é composta por portadores de deficiência visual. Entidades que prestam assistência a esse público – que chega a 1 milhão de habitantes – receberam do Senado, na semana passada, publicações em braille. A Casa editou seis títulos: as Constituições do Brasil e do Rio Grande do Sul, a Lei de Doação de Órgãos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da

Penha e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Foram contempladas as seguintes entidades: Organização Nacional de Cegos do Brasil, Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, Federação Rio-Grandense de Entidades de Cegos, Associação de Cegos Louis Braille, União dos Cegos do Rio Grande do Sul, Associação dos Deficientes Visuais de Gravataí e Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comandou a entrega no estande do Senado, durante a 54ª Feira do Livro de Porto Alegre.

– Fico alegre em saber que a doação poderá melhorar a vida de várias pessoas – afirmou.

Zambiasi comunicou que o Senado deverá incluir em seu catálogo o livro *Iniciação ao xadrez em braille*. A impressão da obra, disse, foi sugerida pela Liga Braille de Xadrez.

Divergência adia votação do projeto sobre meia-entrada

Proposta em discussão na Comissão de Educação limita a concessão de desconto em espetáculos culturais e esportivos a 40% dos ingressos de cada evento

A PEDIDO DO senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que contestou o estabelecimento de cota para a venda de ingressos com desconto em espetáculos culturais e esportivos, foi adiada para a próxima semana a votação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), do projeto de lei (PLS 188/07) que regulamenta a meia-entrada. O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), concedeu vista do projeto, de autoria dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR).

Representantes do meio cultural e de estudantes apresentaram seus pontos de vista, a favor e contra a proposta. Entre eles, a atriz Beatriz Segall; o ator Odilon Wagner, presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes; e o presidente



Flávio Arns (E), Marisa Serrano e Azeredo discutem o ingresso com Odilon Wagner e Beatriz Segall, entre outros atores

da Associação de Produtores Teatrais, Eduardo Barata.

A relatora da proposta, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), apresentou substitutivo que assegura meia-entrada a estudantes da educação básica e do ensino superior e a pessoas com mais de 60 anos. A concessão da meia-entrada, de acordo com o texto, fica limitada a 40% dos ingressos de cada evento.

Azeredo alertou para o “abu-

so” na concessão de carteiras estudantis e para o grande número de carteiras falsificadas. Flávio Arns lamentou a existência de “verdadeiras quadrilhas” especializadas em falsificar esses documentos. João Pedro (PT-AM) defendeu a meia-entrada. Adelmir Santana (DEM-DF) observou que os preços dos espetáculos são “inflados” por causa do número de ingressos vendidos pela metade do preço.

Inácio Arruda disse que a cota de 40% é uma restrição aos descontos. Raimundo Colombo (DEM-SC) concordou com Arruda e afirmou que a “juventude não pode ser punida”. Marconi Perillo (PSDB-GO) considerou a votação do projeto uma “oportunidade histórica” para aprimorar a “conquista da meia-entrada”.



Simon (entre João Carlos Gomes e Laurista Corrêa Filho) fala sobre direitos infantis

Garibaldi abre debate sobre a infância e a cultura da paz

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abriu ontem a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz – Infância e Paz. Ele disse esperar que o encontro seja o primeiro de uma série que deverá incentivar, no Congresso Nacional, a discussão sobre o tema.

– Durante muito tempo, a importância da infância não foi reconhecida. Ignoravam-se as necessidades específicas dessa fase, um período que pede cuidado, atenção e educação.

Ao lembrar do empenho da Casa no sentido de proteger os menores, Garibaldi destacou que, em 2007, o Senado aprovou projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que instituiu a Semana Nacional de Prevenção

da Violência na Primeira Infância (Lei 11.523/07).

Participaram também da abertura e dos debates de ontem Pedro Simon, Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), além do representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Vincent Defourny, e do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior.

A Semana de Valorização da Primeira Infância prossegue até amanhã, no Auditório Petrônio Portela e no Interlegis. A programação completa dos debates pode ser vista em www.senado.gov.br/sf/senado/programas/infanciapaz/default.asp.

Senado lança fac-símile do manuscrito de *O quinze*

“Com esta publicação, o Senado Federal mantém sua tradição de resgatar e publicar obras literárias de grande interesse nacional, itens raros e únicos, antes inacessíveis a leitores comuns.” Essa declaração foi feita ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao lançar a edição em fac-símile do manuscrito de *O quinze*, obra da escritora cearense Rachel de Queiroz.

O manuscrito, de 78 anos, foi doado pelo bibliófilo José Mindlin. O lançamento faz parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola. Mindlin recebeu de Garibaldi placa de agradecimento.

– Quem merece ser homenageado é o Senado Federal – afirmou Mindlin.

O presidente do Ano Cultural, senador Demostenes Torres

(DEM-GO), assinalou que “o manuscrito é filho de Rachel de Queiroz, mas a reprodução é filha de Mindlin”.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que Mindlin é proprietário de uma biblioteca modelo.

– Com essa parceria, estamos criando condições para a afirmação cultural no país – ressaltou Marco Maciel.



Maciel (E) e Demostenes acompanham Garibaldi entregar placa a José Mindlin

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Romeu Tuma • Papaléo Paes • Epitácio Cafeteira • Neuto de Conto • Augusto Botelho

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

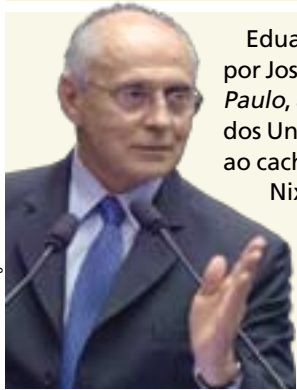
Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Suplicy rejeita crítica a discurso de Obama



Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da opinião manifestada por José Sarney (PMDB-AP), em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, a respeito de declarações do presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama. No texto, Sarney critica a menção ao cachorrinho das filhas e a uma senhora de 106 anos – Ann Nixon Cooper, a eleitora mais velha dos EUA, durante muitos anos impedida de votar por ser negra.

– O que eu pude constatar é que o senador Barack Obama, naquele momento eleito presidente da República, interagiu com aquela multidão com o espírito muito próprio dos norte-americanos. E se ele em algum momento fez uma observação a respeito de suas filhas, se trata de uma observação feita de muito bom humor – disse Suplicy.

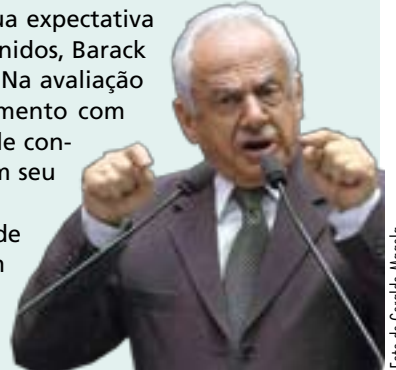
Para Suplicy, presidente eleito dos EUA interagiu com a multidão

Simon acredita em mudanças nos EUA

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem sua expectativa de que o presidente recém-eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, possa realizar uma boa administração. Na avaliação de Simon, a origem humilde e o comprometimento com questões éticas permitem antecipar uma série de conquistas importantes que poderão ser obtidas em seu governo.

Entre essas realizações, Simon citou a promessa de desativar a prisão de Guantánamo, em Cuba, além da suspensão do bloqueio comercial àquele país.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) apoiaram Simon. Gerson Camata (PMDB-ES) criticou a falta de liberdade em Cuba.



Simon aplaude promessa de desativar a prisão de Guantánamo, em Cuba

FHC abre ciclo e prega equilíbrio entre os Poderes

O ex-presidente ressalta que o Poder Judiciário descobriu a força que lhe foi conferida pelo mandato de injunção

EM PALESTRA SOBRE o papel do Parlamento nas democracias contemporâneas, proferida ontem no Interlegis, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso disse que o Congresso Nacional precisa criar mecanismos para evitar uma hipertrofia dos Poderes da República. Em sua avaliação, essa iniciativa é necessária até para que a sociedade possa perceber que há poder no interior do Parlamento.

O ex-presidente fez questão de destacar o papel desempenhado pela mídia em todos os processos políticos e a capacidade que possui de fazer emergir simbologias que se aproximam das demandas e sentimentos da sociedade. Além da própria mídia – também conhecida como o quarto poder –, o palestrante ressaltou a ação de setores ativos como o Ministério Público, que já estaria funcionando

como uma espécie de quinto poder na República.

Em sua palestra, acompanhada por uma grande platéia de senadores e políticos, Fernando Henrique chamou a atenção para o fato de o Poder Judiciário ter acordado para a força que detém constitucionalmente, propiciada principalmente pelo chamado mandato de injunção, que lhe dá condições para decidir matérias não resolvidas pelo Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, FHC analisou que no presidencialismo brasileiro atual o Congresso fica à deriva e sem agenda quando essa pauta também inexistente no Poder Executivo.

Em relação às medidas provisórias, FHC chamou a atenção para uma proposta do senador José Sarney, que limitava a abrangência do dispositivo e retornava ao Executivo algumas prerrogativas do Congresso.



Temas abordados por FHC são cruciais para a democracia, diz Raupp

Raupp enaltece palestra do ex-presidente

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção para a importância da palestra proferida ontem, no Interlegis, pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O líder do PMDB parabenizou também o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pela realização do ciclo de debates.

Raupp lembrou que Fernando Henrique falou sobre o papel do parlamento nas democracias contemporâneas, a crise de representatividade e a pluralidade de instâncias normativas. Para o senador, os temas são de crucial importância para o amadurecimento democrático brasileiro.

Raupp destacou a importância de ter o ex-presidente discutindo o assunto, devido à sua experiência acumulada nos oito anos em que esteve à frente do Poder Executivo, à sua bem-sucedida carreira parlamentar e à sua profícua carreira acadêmica.

Senadores em Plenário elogiam participação

A palestra proferida ontem pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura do ciclo de debates sobre o Poder Legislativo, no Interlegis, foi elogiada por senadores em Plenário. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), todos os que assistiram à palestra ganharam “com a interação com um homem que se revelou um grande democrata”.

– Pelo caráter plural da platéia, percebi que o ex-presidente Fernando Henrique agradeceu em cheio à média das pessoas que ali estavam – disse.

Tiã Viana (PT-AC), Romeu Tuma (PTB-SP) e José Agripino (DEM-RN) também elogiaram a fala do ex-presidente.

Comitiva de 30 autoridades da Indonésia visita o Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem a visita do presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, e de uma delegação com cerca de 30 pessoas, entre ministros, parlamentares e militares. Também participaram da recepção Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Praia (PDT-AM), Marconi Perillo (PSDB-GO) e João Tenório (PSDB-AL).

Os senadores conversaram com os visitantes sobre os 20 anos da Constituinte e as relações comerciais entre Brasil e Indonésia.

Garibaldi também recebeu ontem 30 parlamentares de 11 países da América Latina. Eles fazem parte das comissões de Energia e Minas e de Meio Ambiente e Turismo do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), que estão reunidas no Senado.

O secretário-geral do Parlatino, o deputado panamenho Juan Carlos Arosemena, informou que o grupo optou por dis-

cutir energia renovável no Brasil por ser o país líder mundial na produção de energia limpa. Arosemena também pediu uma presença mais ativa do Brasil no Parlatino.

Participaram da reunião parlamentares do Brasil, México, Venezuela, Guatemala, Panamá, Uruguai, Chile, Antilhas Holandesas, Paraguai, Bolívia e Aruba.

Ainda ontem, o presidente do Senado recebeu das mãos do vice-presidente da República, José Alencar, a medalha da Ordem do Mérito da Defesa, no Grau Grã-Cruz, do Quadro Suplementar. A homenagem é concedida pelo Conselho de Ordem do Mérito da Defesa, subordinado ao Ministério da Defesa, a personalidades civis e militares que prestam relevantes serviços às Forças Armadas.

Também foram agraciados com a homenagem os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Renato Casagrande (PSB-ES) e Francisco Dornelles (PP-RJ).



Ex-presidente fala na abertura do ciclo de debates sobre o Poder Legislativo



Observado por Camata (E), Garibaldi cumprimenta Susilo Bambang Yudhoyono

Casagrande ressalta importância das eleições para a Mesa

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que as eleições para as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, no início do próximo ano, “são a grande chance de recolocar o Congresso Nacional na posição de protagonista do processo democrático e legislativo”. No caso do Senado, disse, “o mais adequado é construir uma candidatura” que represente a instituição, “independentemente de posição do governo e da oposição”.

Para o líder do PSB, a candidatura independente deve representar a agenda que o Senado precisa discutir, como

as reformas tributária e política, além das leis das Licitações e do Gás, entre outras.



Casagrande defende a construção de uma candidatura independente

Câmara e Senado lançam livros sobre 20 anos da Constituição

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou ontem à noite do lançamento dos livros *Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois* e *Ensaio sobre impactos da Constituição federal de 1988 na sociedade brasileira*, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado. Logo depois, também na biblioteca, Garibaldi e o 1º secretário da Câmara dos Deputados, Osmar Serraglio, inauguraram a

exposição *Constituinte 87-88 – Uma história*.

Publicado pelo Senado Federal, *Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois* traz, em seus cinco volumes, mais de cem artigos.

Iniciativa da Consultoria Legislativa da Câmara, o livro *Ensaio sobre impactos da Constituição federal de 1988 na sociedade brasileira* apresenta, em dois volumes, análises de especialistas.

Texto do acordo deverá ser divulgado na próxima semana e envolverá empresas, Ministério Público, Polícia Federal, Comitê Gestor da Internet e Safenet do Brasil

Termo de cooperação vai ajudar a combater pedofilia

APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA com diretores das empresas de telefonia Vivo, Tim, Oi, Claro e Telefônica, realizada ontem, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou a realização dos últimos ajustes para a assinatura, até a próxima semana, do termo de cooperação entre essas empresas, a Polícia Federal, o Ministério Público, o Comitê Gestor da Internet e a Safenet Brasil, com o intuito de prevenir e combater os crimes de

caráter sexual contra crianças e adolescentes praticados com o auxílio da internet.

Pontos da minuta do documento elaborado pela equipe técnica da CPI estavam gerando conflitos, como o prazo para que as telefônicas passassem a responder às exigências do termo. Uma das cláusulas cita o prazo de até duas horas para que os passes de transferência de sigilo seja feito, o que os diretores das empresas disseram ser impossível cumprir de forma imediata. Acertou-se um intervalo de 12 meses, a partir da assinatura, para a adequação, a criação de mecanismos e até de programas para tornar mais ágil a organização desses dados.

Magno Malta disse entender as dificuldades das empresas e



Magno Malta (2º à esq.), presidente da CPI, com diretores de empresas telefônicas

a necessidade de terem maior prazo de carência, observando, no entanto, que isso não significa que elas não atendam a determinações da Justiça quando convocadas. O senador frisou que, a partir dos 12 meses de carência, as empresas serão punidas pelo não-cumprimento do termo de cooperação.

Durante a semana será fechado o texto final do acordo, após a avaliação dos textos pelas áreas jurídicas das empresas. A expectativa de Magno Malta é de que o documento, devidamente assinado, já possa ser apresentado no 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que ocorrerá no Rio de Janeiro a partir do dia 25. A comissão também aguarda a

sanção presidencial do projeto, aprovado na Câmara na semana passada, que atualiza a legislação para o combate a crimes sexuais contra crianças e adolescentes (PL 3.773/08, naquela Casa).

Além dessas iniciativas, a CPI também já está trabalhando para apresentar uma nova proposta com o objetivo de regulamentar o armazenamento e a padronização de informações a serem fornecidas pelas empresas telefônicas às autoridades policiais e judiciais brasileiras.

Reunião

A CPI da Pedofilia volta a se reunir hoje, às 10h. Será ouvido em nova audiência pública, entre outras pessoas, o embaixador da República Federal da Índia, B. S. Prakash.

Romeu Tuma pede a Lula para acabar com crise entre PF e Abin

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que intervenha a fim de fazer cessar a crise que envolve a Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e, assim, preservar as duas instituições da "desmoralização". Como desdobramento da Operação Satiagraha, da PF, e de denúncias publicadas na imprensa envolvendo grampo telefônico de conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO), setores das instituições teriam se lançado à troca de acusações e disputas internas se tornaram públicas.

– Nós não podemos permitir que isso avance mais do que avançou – advertiu o senador, dizendo também que a crise tem gerado grande intranquilidade e colocado em dúvida a credibilidade da Polícia Federal e da Abin junto à população.

CPI da Pedofilia

No mesmo pronunciamento, Romeu Tuma agradeceu à Câmara dos Deputados a aprovação do Projeto de Lei do Senado 250/08, oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que torna crime a



Tuma teme que a desmoralização atinja as duas instituições públicas

posse de material pornográfico em que figurem crianças e adolescentes.

– A população pode ter a certeza de que a CPI deste Senado não faltará a trazer à população a legislação para punir a pedofilia – afirmou.

O parlamentar comentou ainda notícia publicada no *blog* do jornalista Cláudio Humberto segundo a qual o pediatra Eugênio Chipkevitch, condenado a 114 anos de prisão sob a acusação de abuso sexual contra adolescentes, iniciou processo judicial contra ele e contra o presidente da comissão de inquérito, senador Magno Malta, com a alegação de ter sido exposto a humilhação pública em depoimento na comissão de inquérito. Romeu Tuma declarou que vai responder tranquilamente ao processo.

Osmar Dias elogia cartilha contra trabalho infantil

Osmar Dias (PDT-PR) registrou em Plenário o lançamento de uma cartilha contra o trabalho infantil, no dia anterior, em Curitiba, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Osmar enfatizou que a publicação, produzida pelo escritor, desenhista e cartunista Ziraldo, "é muito bem elaborada, fácil de entender e didática".

A cartilha, informou o senador pelo Paraná, é parte de uma campanha do Ministério do Trabalho e Emprego para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de se erradicar o trabalho infantil.

Osmar Dias ainda enalteceu o trabalho do ministro Carlos Lupi, de seu partido, que estaria "dignificado a história do trabalhismo brasileiro com sua atuação".



Osmar apóia atuação do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, filiado ao PDT

CPI que investiga ONGs pode ser prorrogada por 180 dias

O presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga a destinação de recursos públicos para organizações não-governamentais (CPI das ONGs), Heráclito Fortes (DEM-PI), encaminhou à Mesa requerimento de prorrogação dos trabalhos – que se encerram no sábado – por 180 dias. O documento recebeu 44 assinaturas e deverá ser lido em Plenário após ser conferido.

Integrante do colegiado, João Pedro (PT-AM) contestou o pedido de prorrogação. Ele avalia que já foram feitos os trabalhos necessários. Também

questionou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre a legalidade da prorrogação. Garibaldi respondeu que o prazo de vigência de uma CPI só não pode ultrapassar a legislatura vigente – a atual encerra-se em 31 de janeiro de 2011.

O relator da comissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE), concordou com João Pedro.

– Não vejo que se possa ir muito além do que já se foi na CPI – observou.

Na manhã de hoje, o colegiado deve se reunir às 9h30 para decidir como deverão prosseguir os trabalhos.

Crivella articula retomada de obra em morro carioca

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que se reuniu com o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para dar continuidade ao programa Cimento Social, no morro da Providência. Ele fez um apelo aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo empenho imediato da emenda de bancada que destina recursos ao programa e solicitou ao Exército que devolva os recursos que não foram utilizados nas obras programadas.



Crivella ressalta importância social do projeto para comunidade carente

– Há ali, naquela comunidade, pessoas que já estão na quarta, na quinta geração e não conseguiram terminar suas casas. Mas não abrimos mão, não abdicamos do direito de prosseguir, de fazer justiça, de terminar a obra – afirmou Marcelo Crivella, que sempre apoiou o projeto.

Cristovam anuncia que DF ficará livre do analfabetismo

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, aceitou sugestão para levar a cabo uma campanha visando reduzir, em 18 meses, a taxa de analfabetismo do Distrito Federal a no máximo 1%. De acordo com o senador, o objetivo é poder declarar, no dia 18 de maio de 2010, que o Distrito Federal é um "território livre de analfabetismo".

O senador explicou que o índice de 1% é reconhecido em todo



Senador diz que sugestão foi aceita pelo governador José Roberto Arruda

o mundo como taxa de país sem analfabetismo. Para que a meta seja cumprida, informou Cristovam, será necessário alfabetizar entre 55 mil e 68 mil adultos.

– Calculo todo o custo em R\$ 30 milhões no prazo de 18 meses – disse o parlamentar.



Estudante do Paraná ganha concurso

A estudante paranaense Ana Clara Ferreira (C), 14 anos, vencedora do 1º Concurso de Redação do Senado Federal, tendo a Bandeira Nacional como tema, foi recebida ontem em Plenário. A redação da estudante será lida durante a solenidade

de comemoração do Dia da Bandeira que se realiza hoje, da qual participarão, entre outras autoridades, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. A solenidade deve começar às 11h25, na rampa do Palácio do Congresso Nacional.